



LEI COMPLEMENTAR Nº 114

Estabelece normas para regularização da Vila Farrapos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A regularização do loteamento denominado "Conjunto Residencial Castelo Branco", popularmente conhecido como "Vila Farrapos", e sua recuperação urbana deverão atender ao disposto na presente Lei Complementar.

Art. 2º - Ficam instituídas por esta Lei Complementar uma Área Funcional de Interesse Urbanístico, da categoria Recuperação Urbana, a que se refere o art. 49, incisos I e II, da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, e outra de Interesse Público, na forma do art. 45, inciso III, da mesma Lei Complementar, as quais Áreas Funcionais correspondem à vila Farrapos, na Unidade Territorial Residencial 11 da Unidade Territorial Seccional Intensiva 06, do Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e cujos limites e convenções constam da planta que acompanha esta Lei Complementar, sob a forma de Anexo 1.

Art. 3º - A instituição da Área Funcional de Recuperação Urbana objetiva, em especial:

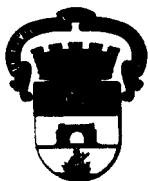
I - a regularização do loteamento implantado pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS, a que se refere o art. 1º desta Lei Complementar, em conformidade com o disposto no art. 180 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, com a redação dada pela Lei Complementar nº 85, de 27 de janeiro de 1983;

II - a regularização das edificações localizadas dentro de seu perímetro, na data da vigência desta Lei complementar;

III - a instituição de regime urbanístico próprio, o qual compatibilizado com a ocupação existente e o regime urba

.....

50188/81	x	RUBRICA
----------	---	---------



.....
nístico das áreas vizinhas, permita a recuperação urbana do núcleo habitacional implantado no loteamento referido no inciso I;

IV - a elaboração de planos e projetos que devam ser executados com vista à melhoria da estrutura de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, no loteamento objeto de regularização, bem como de programas habitacionais de caráter social.

Art. 4º - A instituição da Área Funcional de Interesse Público objetiva a definição de regime urbanístico adequado aos equipamentos de interesse comunitário e de serviço ao público nela já implantados e à instalação de outros a esses similares, necessários ao atendimento da população localizada no loteamento a que se refere o art. 1º desta Lei Complementar.

Parágrafo único - São equipamentos de interesse comunitário e de serviço ao público, para efeito do disposto no presente artigo, aqueles a que se referem os artigos 301 a 325 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979.

Art. 5º - Os padrões urbanísticos relativos ao traçado viário, dimensões dos lotes, equipamentos públicos, urbanos e comunitários, e às obras de infra-estrutura, aplicáveis especificamente à regularização do loteamento, cuja área é declarada por esta Lei Complementar como Área Funcional de Recuperação Urbana, são aqueles decorrentes de sua implantação de fato, nos termos do art. 180 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, com a redação dada pela Lei Complementar nº 85, de 27 de janeiro de 1983, e conforme a planta que acompanha esta Lei Complementar, sob a forma de Anexo 2.

Parágrafo único - Os espaços livres de uso comum, as vias e as praças e as áreas destinadas a equipamentos públicos, urbanos e comunitários graficadas na planta do Anexo 2, constituem a área pública do loteamento, cuja regularização é disciplinada pela presente Lei Complementar, sujeita ao disposto no art. 22 da Lei Federal nº 6766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 6º - Com vista à recuperação urbana do loteamento "Vila Farrapos", as obras de infra-estrutura, nomeadamente a instalação de redes de equipamentos para o abastecimento de água potável, energia elétrica e iluminação das vias públicas, redes de drenagem pluvial e esgotos sanitários e de pavimentação e tratamento das áreas de uso comum, serão complementadas ou corrigi-

.....



.....

gidas pela Municipalidade, de acordo com as prioridades do planejamento municipal.


Art. 7º - Observado o traçado constante da planta do Anexo 2, os prédios cuja construção, reforma ou ampliação tenha sido executada irregular ou clandestinamente, nas Áreas Funcionais ora instituídas, anteriormente à data da vigência desta Lei Complementar, poderão ser regularizados, observados os procedimentos administrativos estabelecidos em decreto de regulamentação.

§ 1º - Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do registro do loteamento, devidamente regularizado, no Ofício Imobiliário competente, para os interessados requererem a regularização das edificações autorizadas no presente artigo.

§ 2º - Fica isenta do pagamento das taxas previstas na legislação municipal a regularização das edificações deferidas na forma deste artigo.

§ 3º - Quando a edificação estiver destinada a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, juntamente com o requerimento para regularização deverá ser encaminhado o pedido de licenciamento da atividade.

Art. 8º - O regime urbanístico a ser observado na Área Funcional de Recuperação Urbana é o que se expressa, a teor do art. 81 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, através do seguinte código numérico:

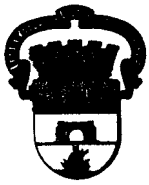


150	07	11	05	15	03
150	25	11	05	19	03

Parágrafo único - Fica previsto, na mesma Área Funcional a que se refere este artigo, um Pólo P5, nos termos do art. 84 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, com o seguinte regime urbanístico:

150	77	74	13	19	03
-----	----	----	----	----	----

.....



.....

Art. 9º - O regime urbanístico, a ser observado na Área Funcional de Interesse Público, é o que se expressa, nos termos do art. 81 da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979, através do seguinte código numérico:

000	90	05	05	17	03
-----	----	----	----	----	----

Art. 10 - As atividades já implantadas nas Áreas Funcionais instituídas por esta Lei Complementar, à data de sua entrada em vigor, que estiverem em desacordo com o regime urbanístico estabelecido nos termos dos artigos 8º e 9º, serão classificados em:

I - toleradas: aquelas que, embora não se enquadrando entre os usos permitidos, têm condicionantes tais, relativas a suas dimensões e operações, que não descaracterizam a zona de sua ocorrência;

II - incompatíveis: aquelas que descaracterizam claramente as Áreas Funcionais de que esta Lei Complementar trata.

§ 1º - A classificação das atividades implantadas como uso conforme, tolerado ou incompatível com o regime urbanístico estabelecido, será procedida pelo Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano, quando do pedido de regularização das edificações e/ou licenciamento das atividades.

§ 2º - Verificada a incompatibilidade de determinada atividade, o Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação de Desenvolvimento Urbano, ouvida a Associação de Moradores local, estabelecerá as condições para que a mesma possa ser considerada como tolerada ou, na impossibilidade de tal adequação, o prazo para sua realocação.

Art. 11 - À edificação na Área Funcional de Recuperação Urbana ora instituída, a partir da vigência desta Lei Complementar, aplicar-se-á o regime urbanístico estabelecido no art. 8º, combinado com as seguintes normas:

I - nos lotes decorrentes do loteamento a que se refere o art. 1º, enquanto mantidos os padrões adotados para sua

.....



.....

regularização, na forma do art. 4º desta Lei Complementar, somente será admitida a edificação para habitação unifamiliar e atividades residenciais, tal como definidas no art. 107 parágrafo único, da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979;

II - as edificações destinadas à implantação de atividades previstas no respectivo regime urbanístico, excetuado o disposto no inciso I deste artigo, somente serão permitidas em lotes decorrentes de remembramento, os quais resultem com uma área mínima de 300m² (trezentos metros quadrados), testada mínima de 10m (dez metros), e possuam frente para vias com gabarito de 12m (doze metros), no mínimo;

III - os estacionamentos obrigatórios, gerados pelas atividades a serem implantadas, deverão ter acesso exclusivamente por vias com gabarito de 12m (doze metros), no mínimo.

§ 1º - As obras de ampliação ou reforma das edificações, instalações e equipamentos, com ou sem mudança da sua atividade originária, deverão observar o recuo para ajardinamento constante do projeto de regularização da edificação, instalação ou equipamento, não lhes sendo aplicável o disposto no art. 128, § 3º, da Lei Complementar nº 43, de 21 de julho de 1979.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo aplica-se às obras de reforma ou ampliação na Área Funcional de Interesse Público.

Art. 12 - Fica o Município de Porto Alegre autorizado a receber, em doação, da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS a área demarcada na planta do Anexo 2 e descrita no anexo 3, para fins de regularização do núcleo populacional nela implantado, em conformidade com o disposto no art. 3º, inciso IV desta Lei Complementar.

Art. 13 - Fica autorizado, ainda, o recebimento pelo Município, na forma de doação das áreas ou lotes de terreno, objeto de contrato de comodato entre a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS e entidades de caráter cultural, esportivo, religioso e de assistência social, demarcadas na planta do Anexo 2 e descritas no Anexo 3, ambos desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O Município manterá os contratos de comodato a que se refere este artigo, em todos os seus termos,

.....



.....
durante o prazo de sua vigência, salvo acordo entre as partes, e, em ocorrendo o seu término, destinará os respectivos imóveis à implantação de equipamentos de interesse comunitário e de serviço ao público, por iniciativa própria ou mediante cessão de seu uso a terceiros.

Art. 14 - São documentos integrantes desta Lei Complementar, como parte complementar de seu texto, os seguintes Anexos:

Anexo 1: Identificação e delimitação das Áreas Funcionais e respectivos códigos relativos ao regime urbanístico;

Anexo 2: Planta com traçado do loteamento, objeto de regularização;

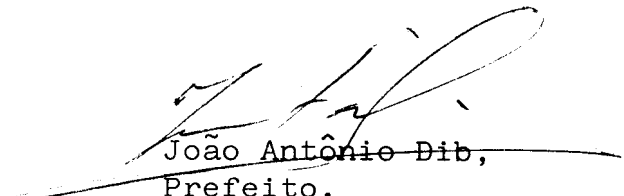
Anexo 3: Descrição das áreas a serem recebidas em doação pelo Município.

Art. 15 - Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Lei Complementar, para expedição do decreto de sua regulamentação, no que respeita aos procedimentos administrativos para regularização do loteamento e das edificações de que aqui se trata.

Art. 16 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

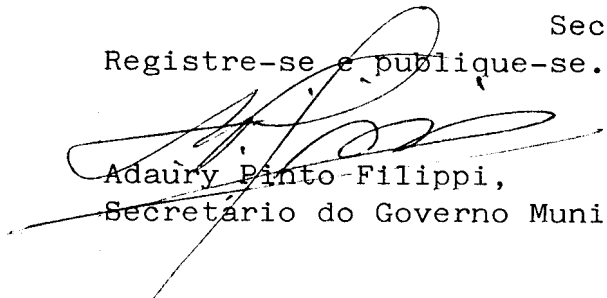
Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 28 de dezembro de 1984.


João Antônio Dib,
Prefeito.

Lotário Lourenço Skolaude,
Secretário do Planejamento Municipal.

Registre-se e publique-se.


Adaurý Pinto-Filippi,
Secretário do Governo Municipal.

/EFC



ANEXO 3

Descrição das áreas a serem recebidas em doação pelo Município.

I - Área destinada à regularização do núcleo populacional nela implantado (art. 12, desta Lei Complementar):

Lote nº 1 da Quadra A - Uma Fração de terras com 26685,99m² de área, tendo as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto situado na Rua Frederico Mentz e distante 168,89m do alinhamento predial par da Rua Dona Teodora, segue, no alinhamento par da Rua Frederico Mentz, em 54,11m, na direção sudoeste-nordeste confrontando a noroeste com a citada rua; daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 68,00m com o Lote nº 2; daí, deflete a esquerda e confronta a noroeste em 47,00m com os fundos dos Lotes nºs 2 e 3; daí, deflete a esquerda e confronta a sudoeste com 68,00m com o Lote nº 3; daí, deflete a direita e confronta a noroeste em 46,71m com a Rua Frederico Mentz; daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 33,00m com o Lote nº 4 da mesma quadra; daí, deflete a esquerda e confronta a noroeste em 24,00m com os fundos do mesmo Lote nº 4; daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 28,50m com o alinhamento da Rua I; daí, deflete novamente a direita e confronta a nordeste em 11,30m com a mesma rua; daí, deflete a esquerda e confronta a nordeste em 43,50m com o alinhamento da mesma rua; daí, deflete a direita e confronta a sudeste em 30,00m com o Lote nº 5; daí, deflete a esquerda e confronta em 50,00m a nordeste com os fundos do Lote nº 5; daí, deflete a esquerda e confronta a noroeste em 30,00m também com o Lote nº 5; daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 94,00m com a Rua

COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

REDAÇÃO FINAL

11/12/84

Sec. Sec. Sec.

.....



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

RIO GRANDE DO SUL - 2 -

PROC. 1964/89

PLCE 10/84

0047

I; daí, deflete a esquerda e confronta a noroeste em 8,00m com a Rua CB; daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 45,55m com a área da Escola (2); daí, deflete a direita e confronta a nordeste em 111,14m com a propriedade de Raul Santamaria, divisa que possui um rumo magnético de $21^{\circ} 30' 21''$ SO; daí, seguindo o alinhamento, deflete a direita confrontando a sudoeste, em 131,03m, acompanhando a margem esquerda do canal do DNOS, com parte da divisa norte do imóvel pertencente a LBA (Legião Brasileira de Assistência), num rumo magnético de $41^{\circ} 40' 43''$ NO; daí, deflete a direita e confronta a noroeste em 8,00m com terras que foram de Porfírio Pereira, alinhamento que possui rumo magnético correspondente de $28^{\circ} 42' 07''$ NE; daí, deflete a esquerda confrontando a sudoeste em 38,50m, com terras que foram de Porfírio Pereira; daí, novamente a esquerda confrontando a sudeste em 37,50m com terras que foram de Porfírio Pereira, alinhamento que possui rumo magnético correspondente de $30^{\circ} 59' 21''$ SO; daí, seguindo o alinhamento, deflete a direita e confronta a sudoeste em 30,00m com terras que foram de Porfírio Pereira, alinhamento que possui rumo magnético correspondente de $52^{\circ} 42' 22''$ NO; daí, deflete a esquerda e confronta a sudeste em 68,00m também com os imóveis que foram de Porfírio Pereira, alinhamento que possui rumo magnético correspondente de $26^{\circ} 37' 12''$ SO; daí, deflete a direita e confronta ao sul em 132,00m com a divisa norte da propriedade pertencente a sucessão de Ernestina Gruske e outros, até encontrar o ponto inicial da presente descrição, junto ao alinhamento predial par da Rua Frederico Mentz.

II - Áreas objeto de contrato de comodato firmado entre a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS e entidades de caráter cultural, esportivo, re

REDAÇÃO FINAL

1/12/84

Secretário



ligioso e de assistência social (art. 13, desta Lei Complementar):

a - Lote nº 5 da Quadra A - Uma fração de terras de 1500,00m² de área, distando 90,00m do eixo da Rua CB, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a nordeste em 50,00m com a Rua I, pelos fundos a sudoeste em 50,00m com o Lote nº 1; pelos lados, a sudeste em 30,00m e a noroeste em 30,00m confrontando, ambas divisas, com o Lote nº 1 da mesma quadra.

b - Lote nº 2 da Quadra C - Uma fração de terras com 1100,00m² de área, distando 80,00m da Rua J, pelo alinhamento par da Rua Frederico Mentz, possui as seguintes medidas e confrontações: a noroeste em 50,00m com a Rua Frederico Mentz; a sudoeste em 22,00m com o Lote nº 1 (QC); a sudeste em 50,00m com a Rua G; e a nordeste em 22,00m com o Lote nº 3 da mesma quadra.

c - Lote nº 1 da Quadra D - Uma fração de terras com 440,00m² de área, possui as seguintes medidas e confrontações: a sudeste em 20,00m com a Rua G; a nordeste em 22,00m com o Lote nº 2 (QD); a noroeste em 20,00m com a Rua Frederico Mentz; e a sudoeste em 22,00m com a Rua F.

d - Lote nº 77 da Quadra E - Uma fração de terras com 1540,00m² de área, possui as seguintes medidas e confrontações: a sudeste em 70,00m com a Rua C, a nordeste em 22,00m com os Lotes nºs 1 e 76 da mesma quadra; a noroeste em 70,00m com a Rua Frederico Mentz; e a sudoeste em 22,00m com a Rua B.

e - Lote nº 2 da Quadra CP - Uma fração de terras com 682,50m² de área, distante em 225,02m, pelo alinhamento da Rua B, da Av. A. J. Renner, possui as seguintes medidas e confrontações: a nordeste fazendo frente em 21,00m

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
REDAÇÃO FINAL

APROV. 11/12/84

Assinatura



com a Rua B; a noroeste em 32,50m com o passeio para pedestres que liga a Rua B até a Rua D; a sudoeste em 21,00m com o Lote nº 1 (QCP); e a sudeste em 32,50m com o Lote nº 4 da mesma quadra.

f - Lote nº 4 da Quadra CP - Uma fração de terras com 796,25m² de área, distante em 200,52m da Av. A. J. Renner, possui as seguintes medidas e confrontações: a nordeste fazendo frente em 24,50m com a Rua B; a noroeste em 32,50m com o Lote nº 2 (QCP); nos fundos a sudoeste em 24,50m com o Lote nº 3 (QCP); e a sudeste em 32,50m com os Lotes nºs 3 e 5 da mesma quadra.

g - Lote nº 5 da Quadra CP - Uma fração de terras com 487,50m² de área, distante em 181,77m da Av. A. J. Renner, possui as seguintes medidas e confrontações: a nordeste fazendo frente em 18,75m com a Rua B; a noroeste em 26,00m com parte do Lote nº 4 (QCP); a sudoeste em 18,75m com o Lote nº 3 (QCP); e a sudeste em 26,00m com parte do Lote nº 6 da mesma quadra.

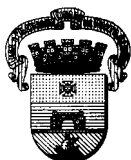
h - Lote nº 6 da Quadra CP - Uma fração de terras com 2160,00m² de área, distante 151,77m da Av. A. J. Renner, possui as seguintes medidas e confrontações: a nordeste em 30,00m com a Rua B, a noroeste em 72,00m com os Lotes nºs 3 e 5 da mesma quadra; a sudoeste em 30,00m com a Rua D; e a sudeste em 72,00m com a área da Escola 1.

REDAÇÃO FINAL

APROV. 21/12/84.

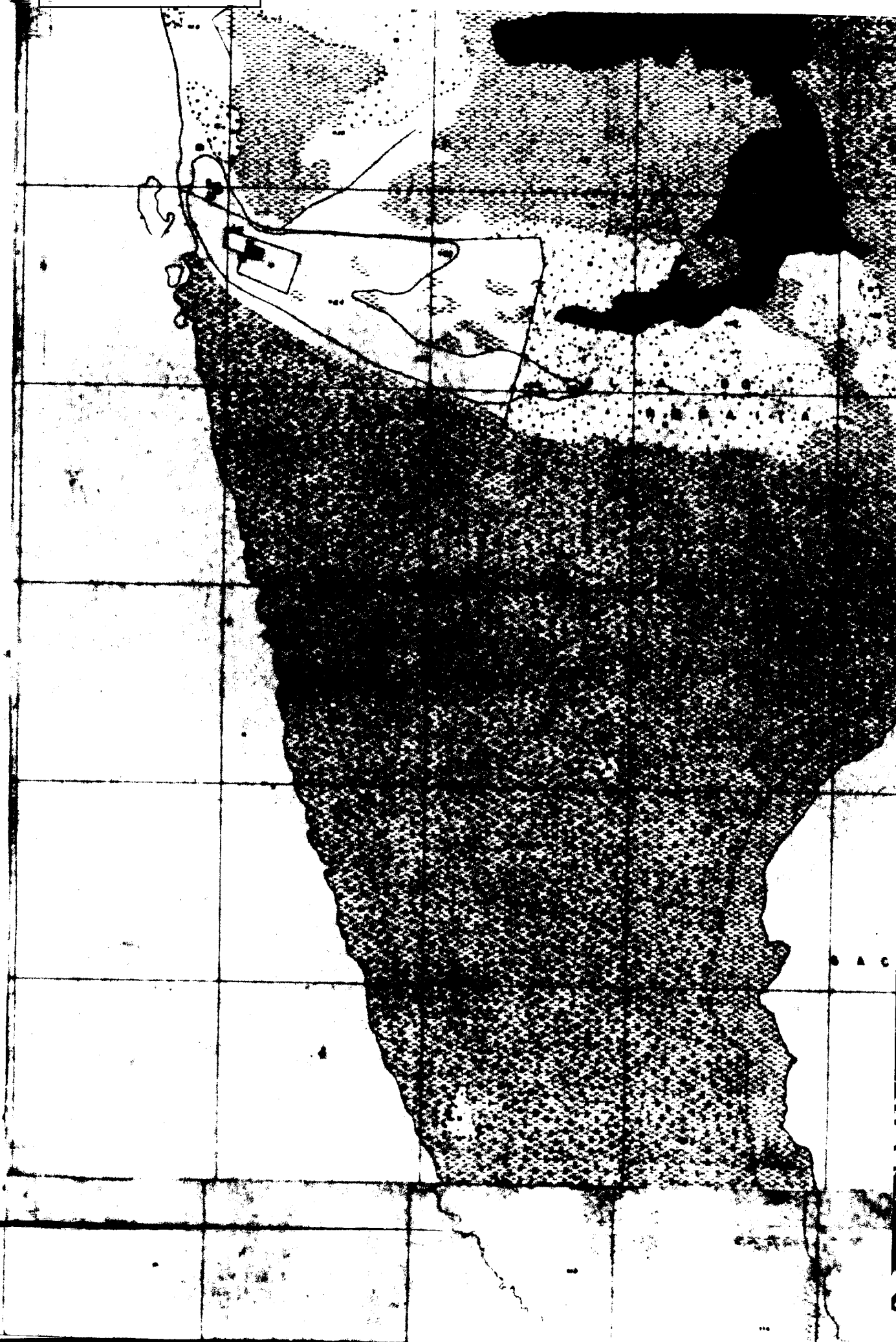
Secretário

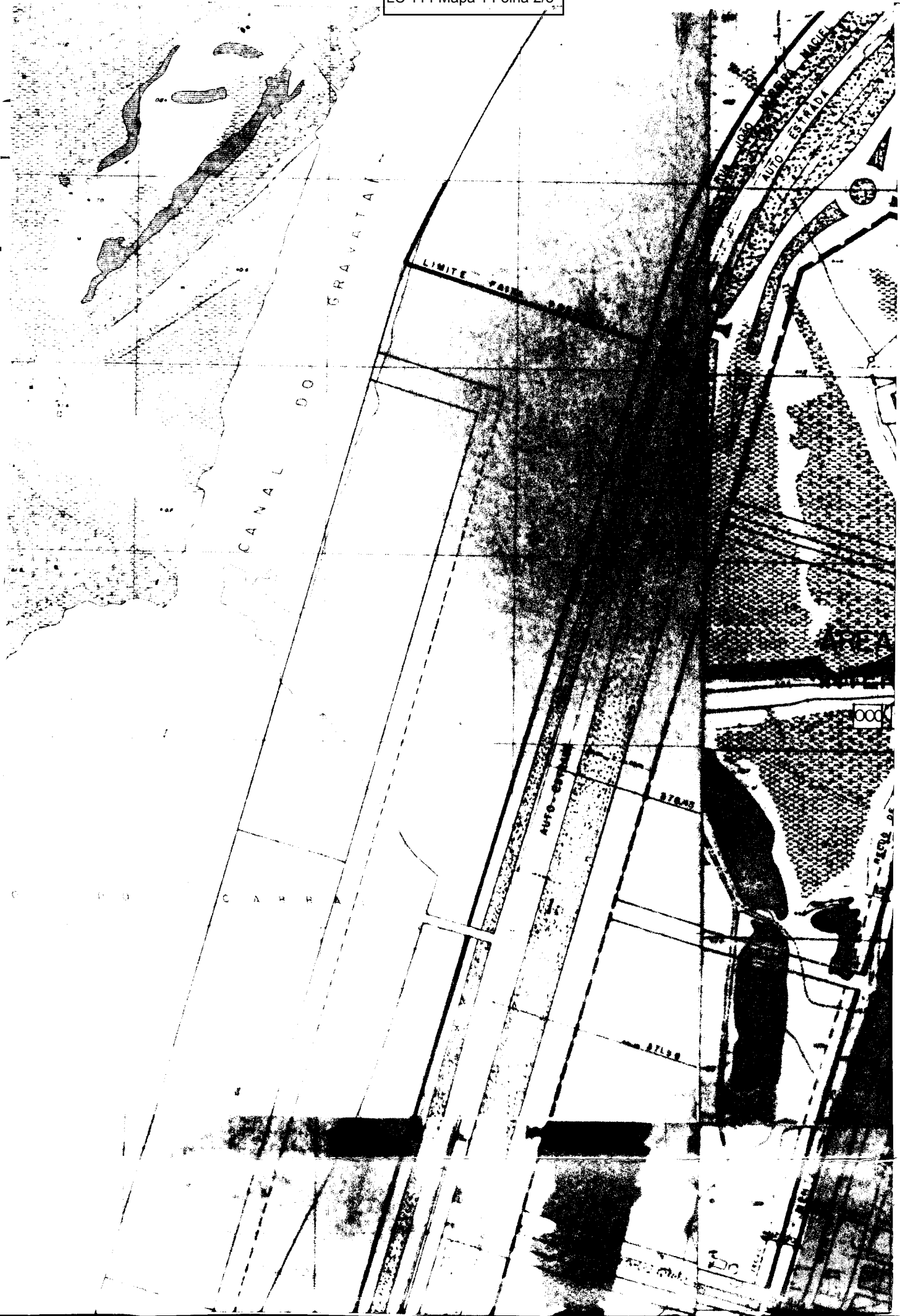
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE P. A.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

ANEXOS I e II da Lei Complementar nº 114 de 28.12.1984.







LC 114 Mapa 1 Folha 5/8

G
U
A
B
A

CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

[Signature]
PRESIDENTE
[Signature]
Sarg. Chumbeiro
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature] Mariana Pedreira
[Signature] Raul André
[Signature]
[Signature]
[Signature]



R

ndey

LC 114 Mapa 1 Folha 6/8

PRESIDENTE

CÂMARA MU

COORDENADOR



LC 114 Mapa 1 Folha 8/8

END JOAO ANTONIO DOS
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SECRETARIO

SUPERVISOR SPU

COORDENADOR CPU

COM OUVENIR LUIZ DE SOUZA

END CLAUDIO PEREIRA

END JOAO LUIZ PEREIRA

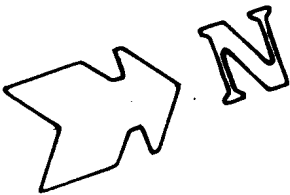
PRONOMA

ANEXO 01

**UT81 06
UTR II**

ESCALA 1:5000
DATA AGOSTO/84

Li complementos 11/4/85



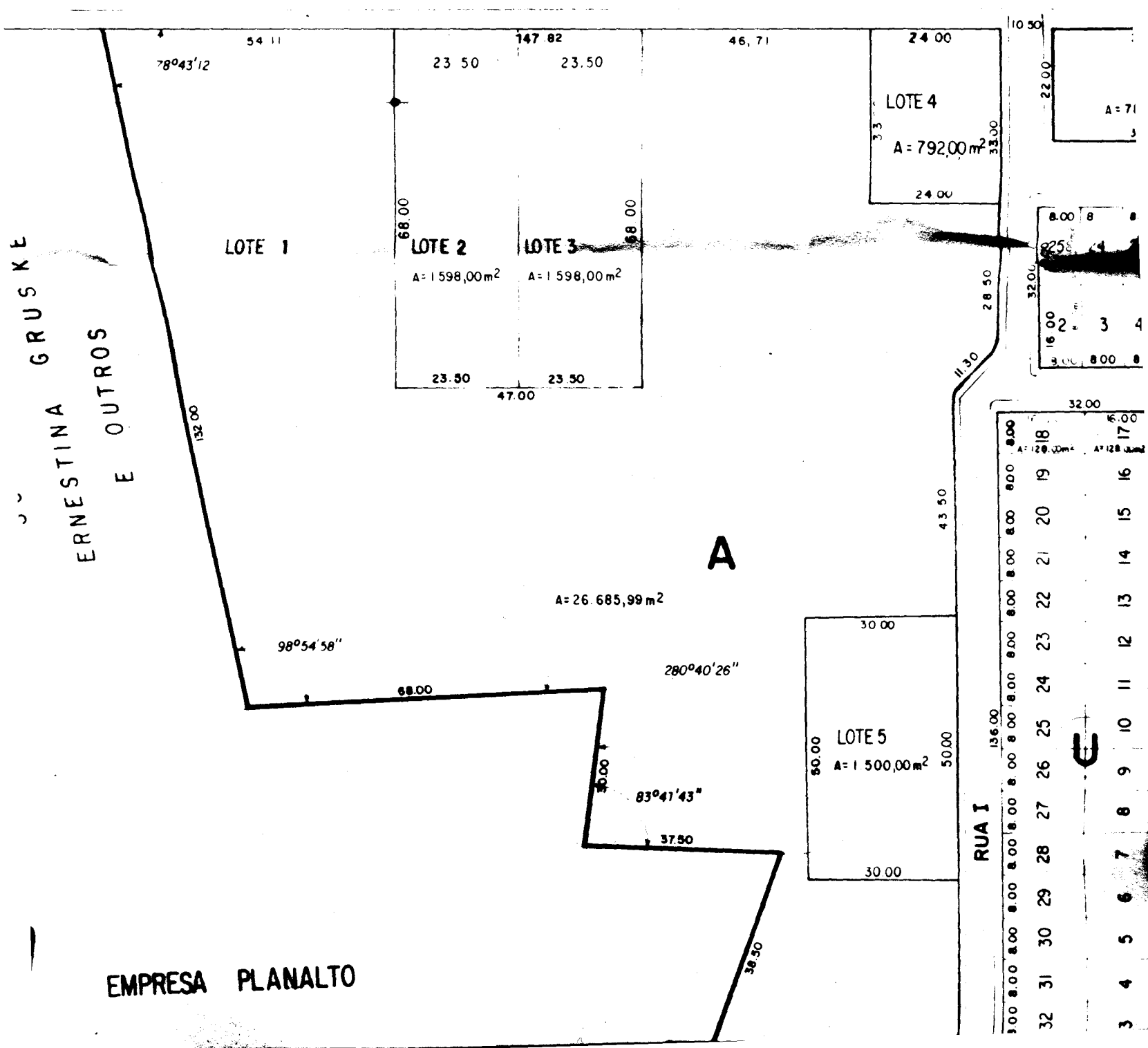
RUA FREDERICO MENTZ

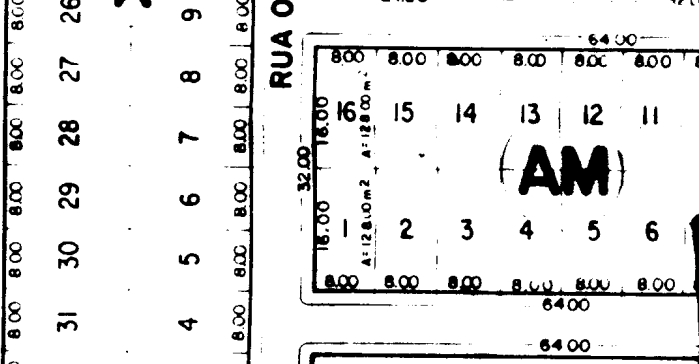
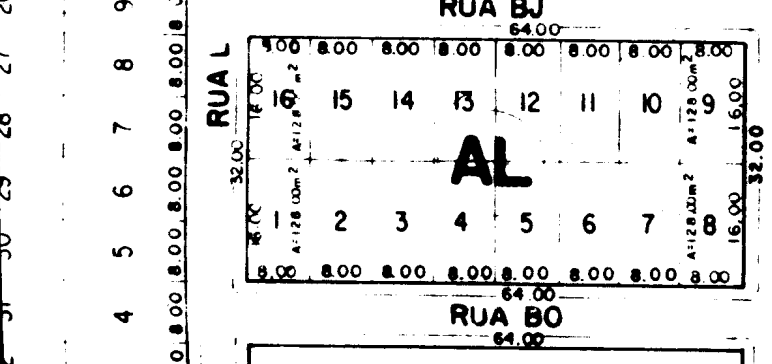
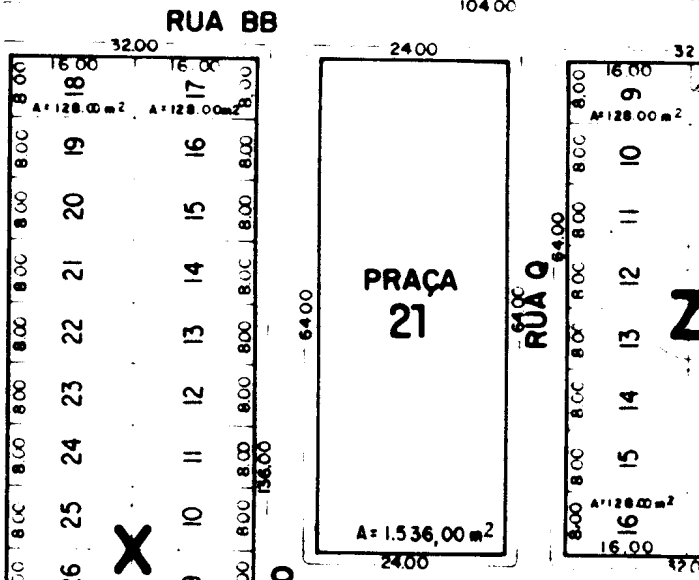
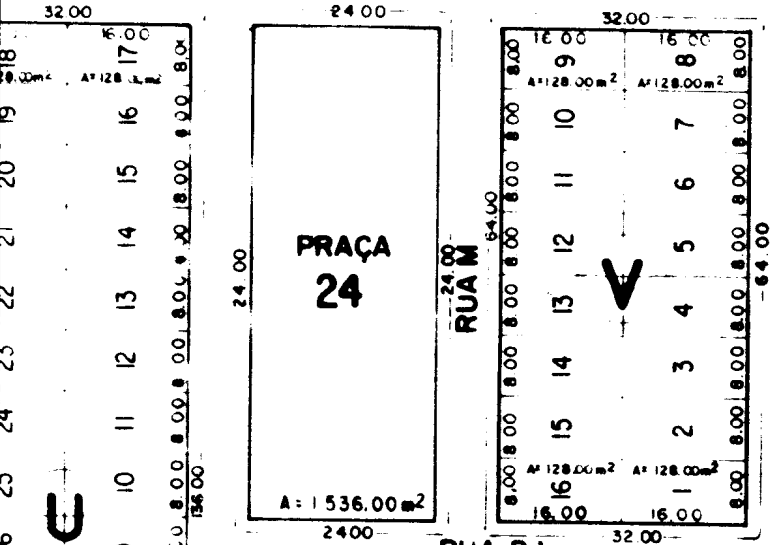
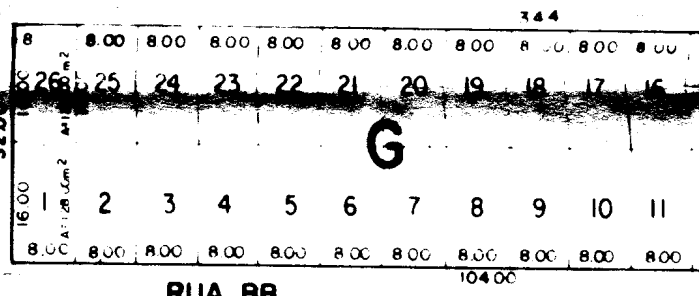
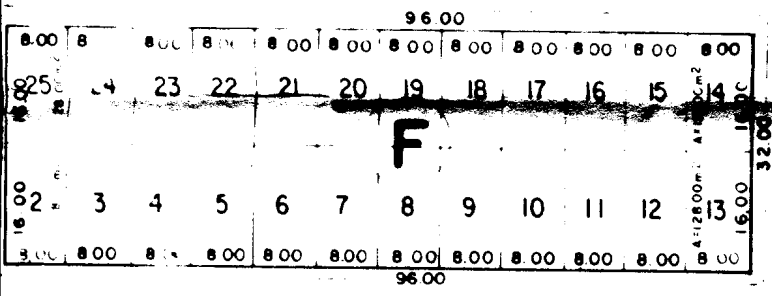
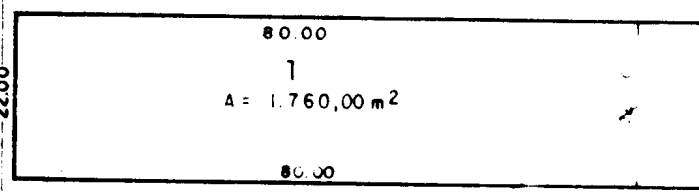
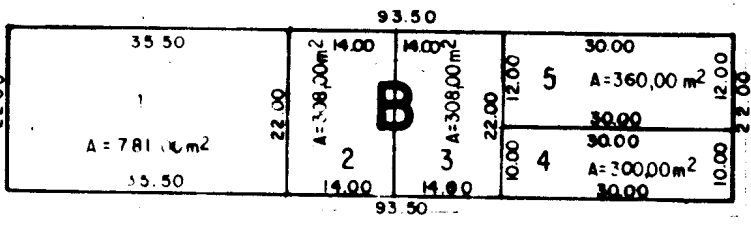
168 89

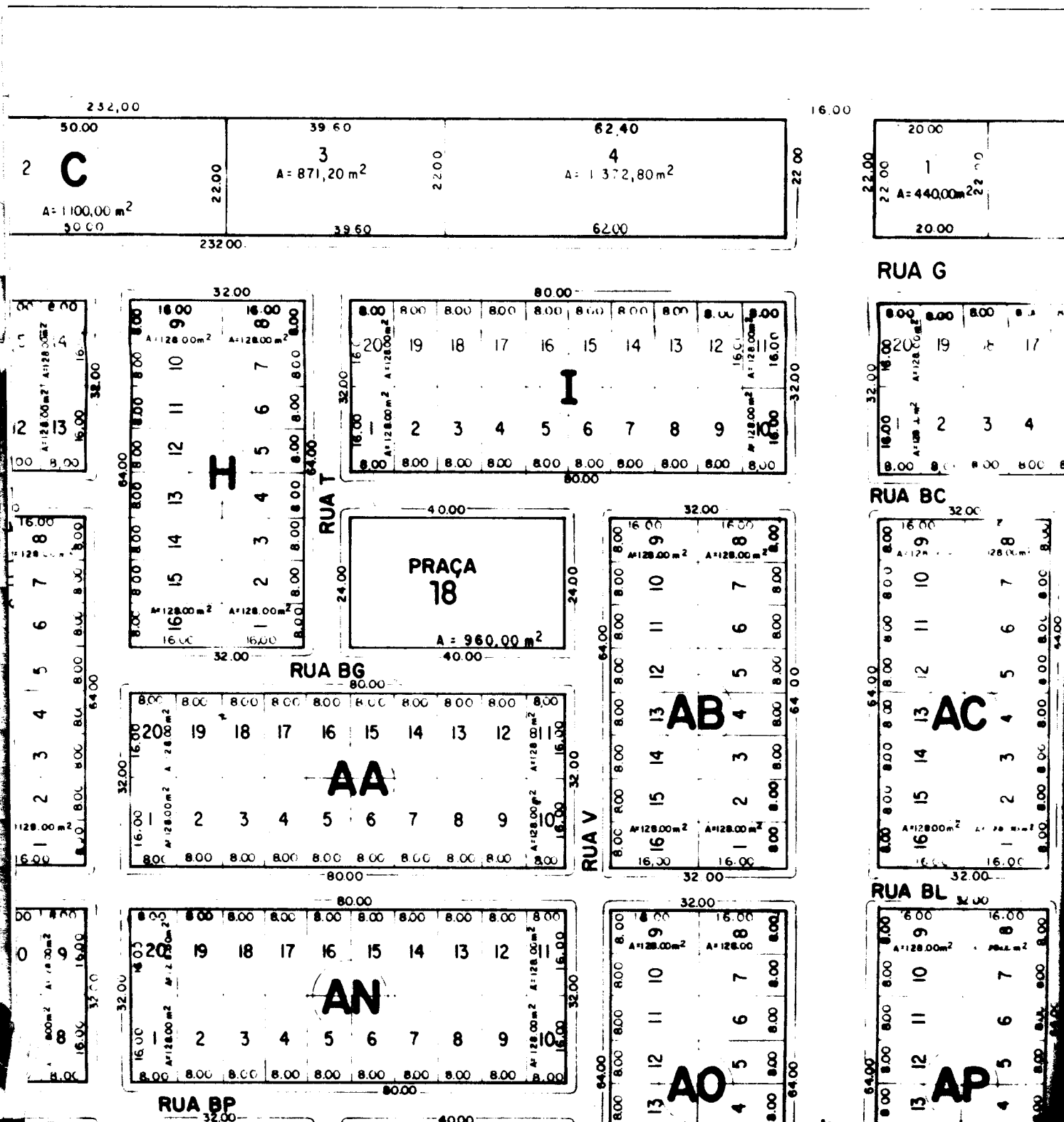
223 00

DE
SSÃO

PAVIMENTADORA







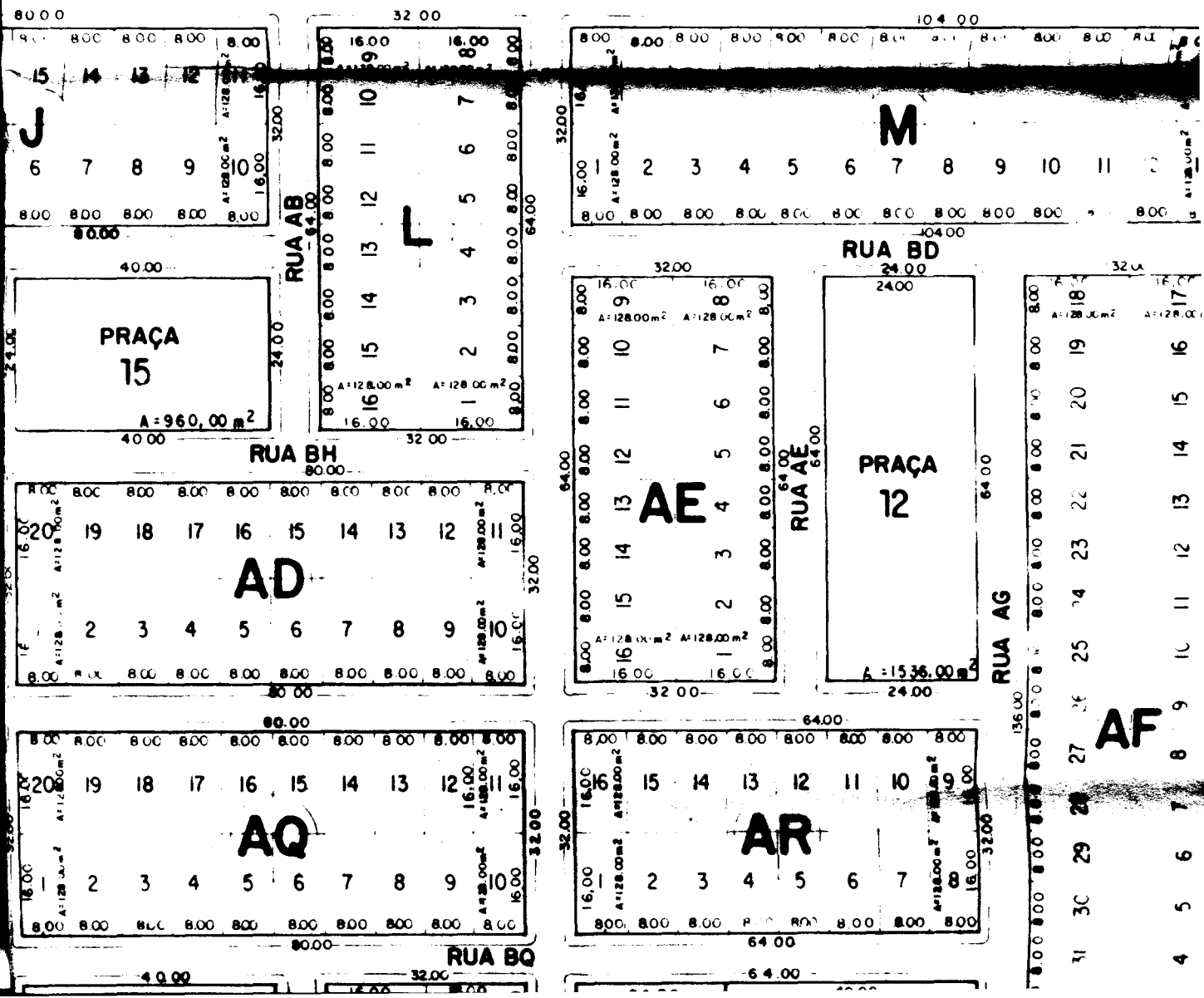
1319,82

RUA FREDERICO MENTZ

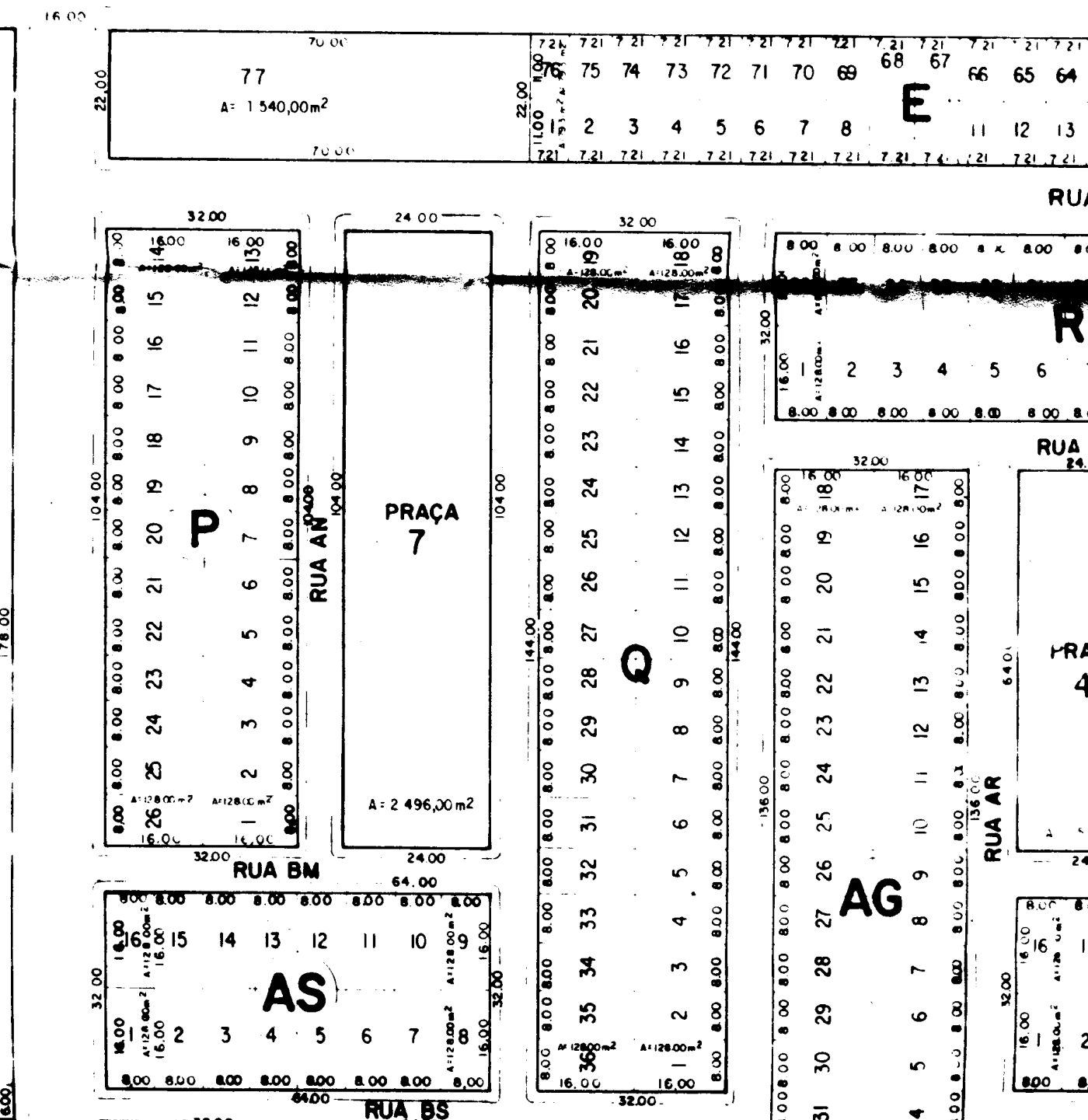
2 D

A= 5 456,00 m²
248 00

268 00

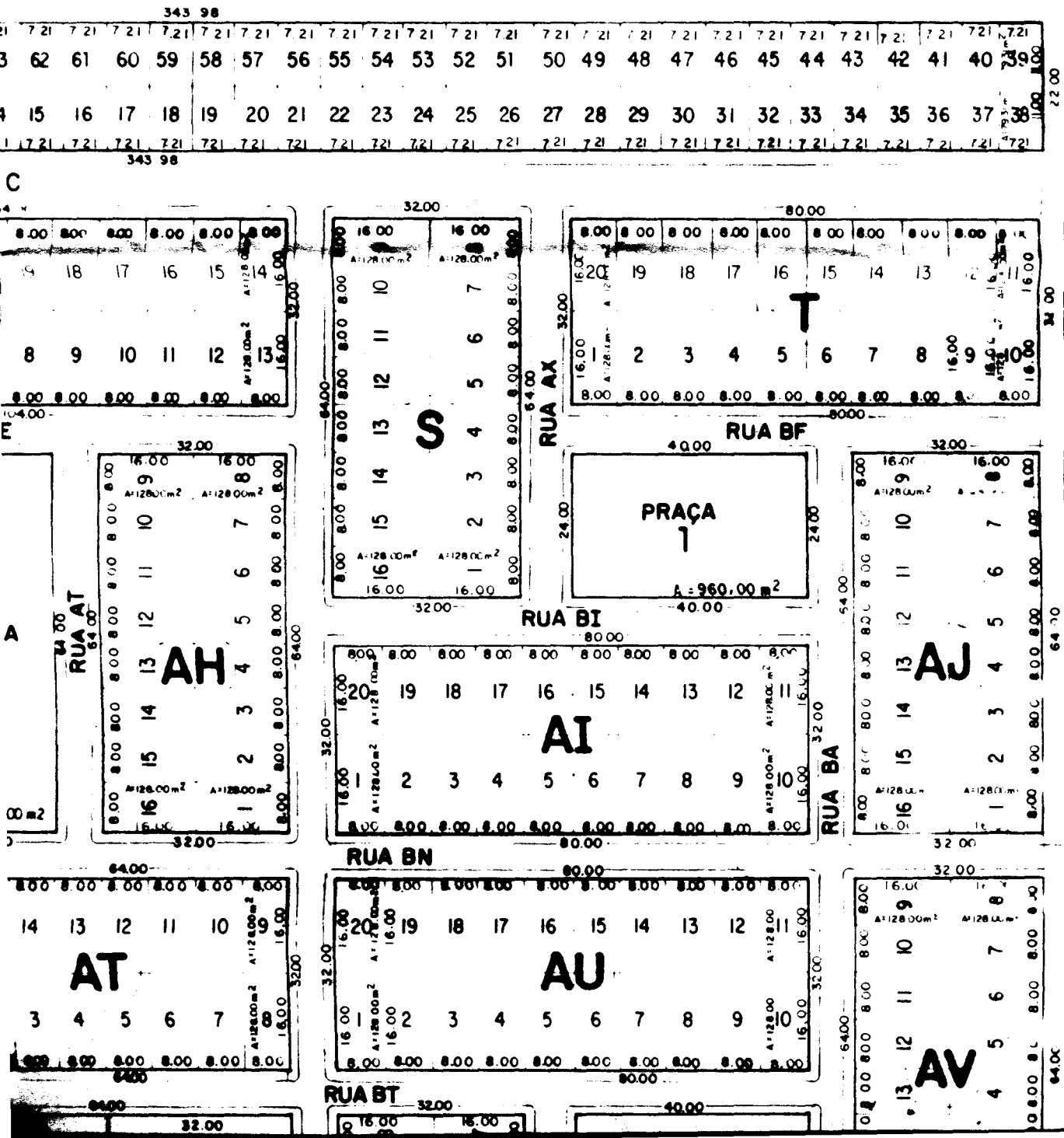


ÁREA DA CO

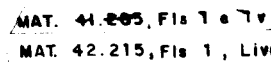


AB-RS

32.00



RENTANO



PLANILHA DE ÁREAS

ÁREA DA GLEBA		513
ÁREA LÍQUIDA = 512.759,29		
ÁREA DA GLEBA-ÁREA DE RECUO VIÁRIO		
ÁREAS DE DESTINAÇÃO PÚBLICA	ÁREA DE RECUO VIÁRIO	
	ÁREA DE PRAÇAS	32
	ÁREA DE ESCOLAS	
	ÁREA DAS VIAS	12



área da
COHAB

RUA FREDERICO MENTZ
1315 82

NUCLEO 117
CASTELO BRANCO

AV. PADRE LEOPOLDO BRENTANO

UNIVERSIDADE do TRABALHO

AVENIDA A. J. RENE

LOTEAMENTO PARQUE BENÓPOLIS

PLANTA de SITUAÇÃO
ESC. 1:10000

MAT. 41.265, Fís 1 e 7 v, Livro 2 - RG
MAT. 42.215, Fís 1, Livro 2 - RG

TAB. 1 - Tabela de Áreas

	513.753,29 m ²	100%	
	994,00 m ²	0,19 %	
	32.832,00 m ²	6,39 %	SOBRE A ÁREA LÍQUIDA
	15.108,24 m ²	2,94%	
	123.770,06 m ²	24,09%	

12

UNA TEODORA

LC 114 Mapa 2 Folha 13/33

SSÃO

5113

23.50

23 50

47.00

A

A = 26.685,99 m²

98°54'58"

68.00

280°40'26"

83°41'43"

37.50

38.50

8.00

109°37'10"

EMPRESA PLANALTO

LABA

13.03

111.14

215 31

94.00

4350

RUA I

136.00

11.30

LOTE 5

$$A = 1\,500,00 \text{ m}^2$$

30 00

30.00

52.00

1

1

9

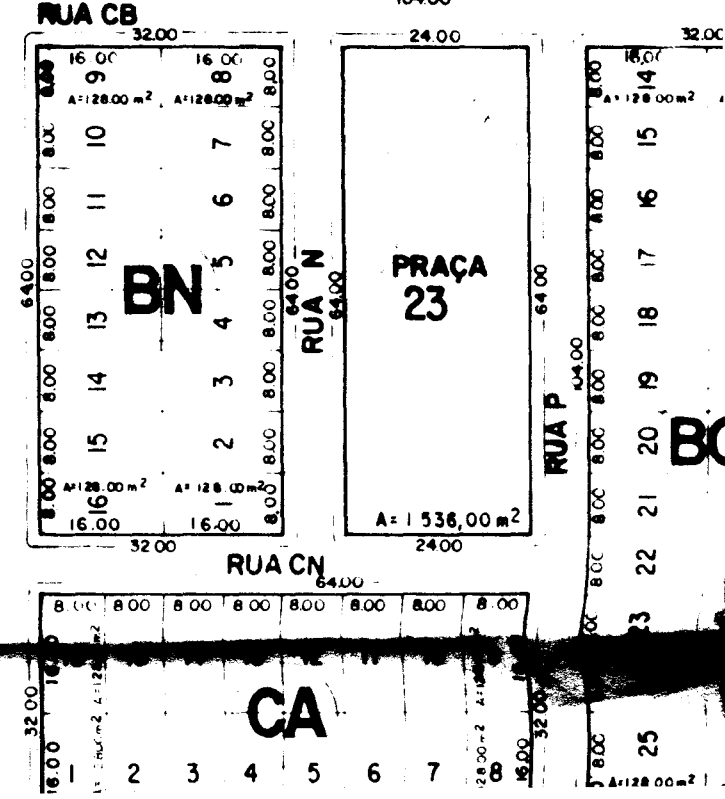
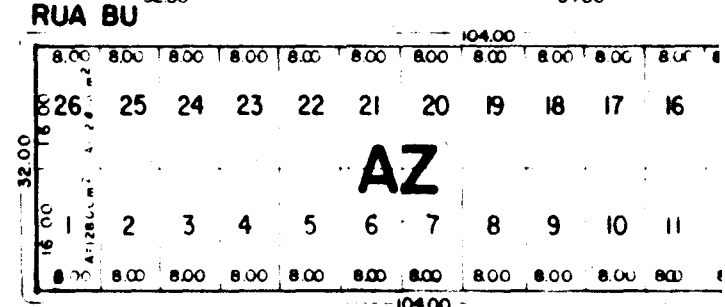
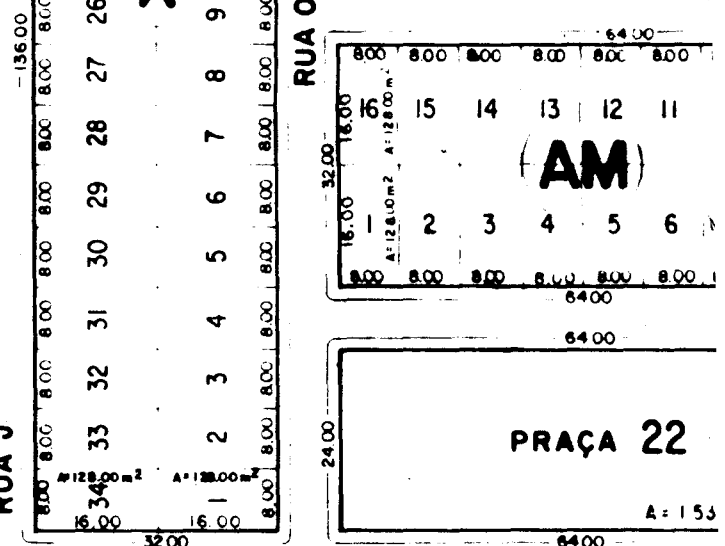
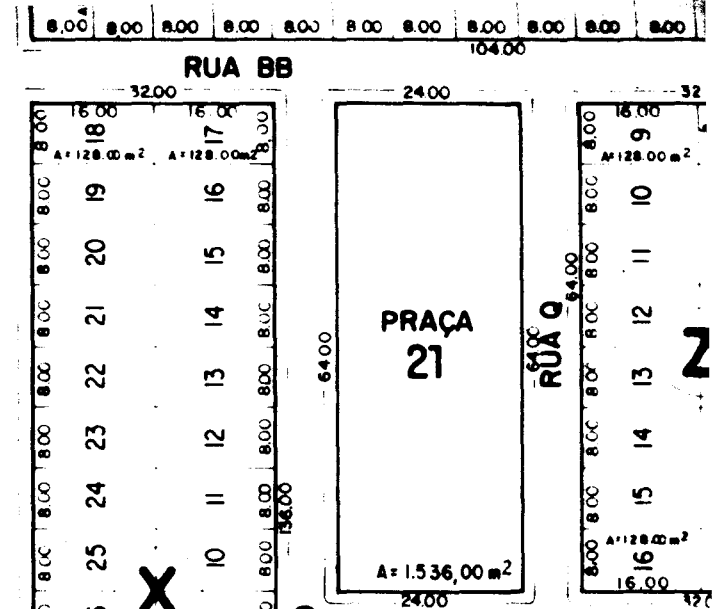
1

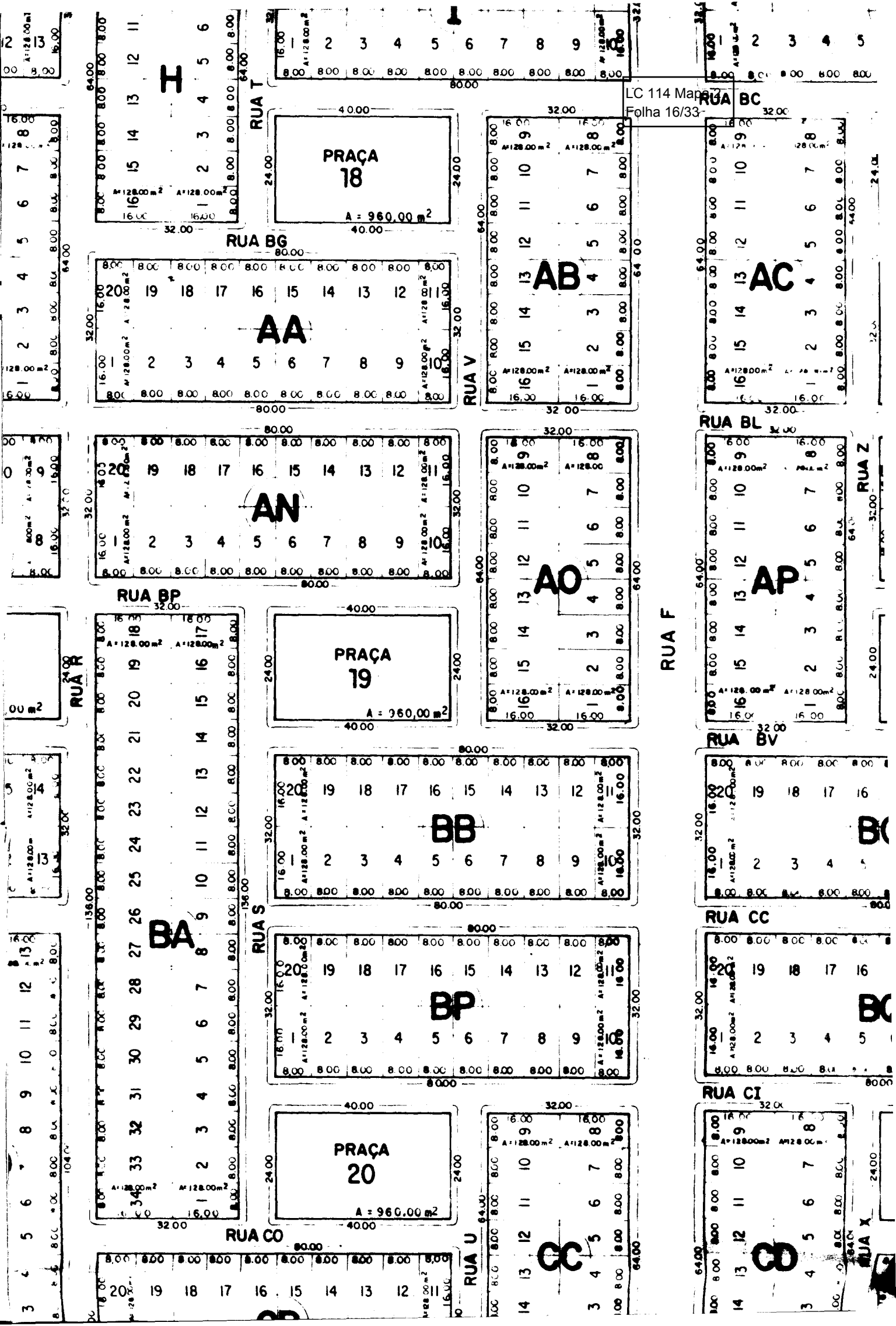
55

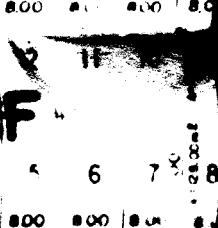
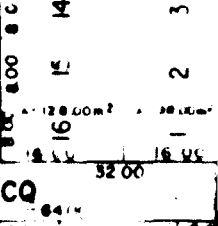
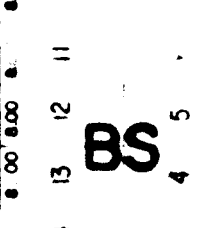
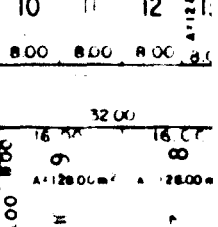
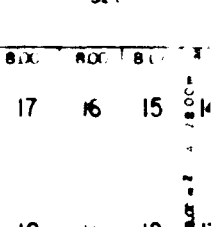
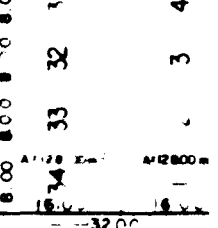
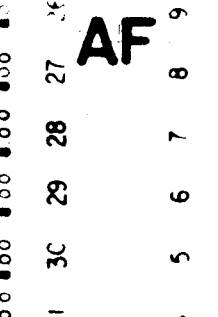
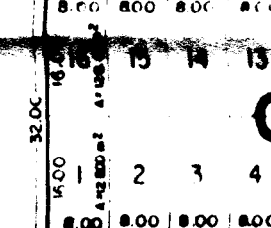
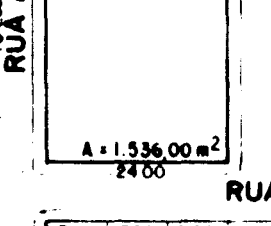
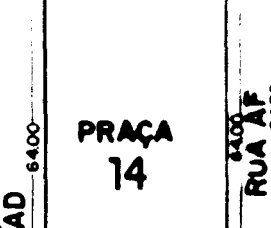
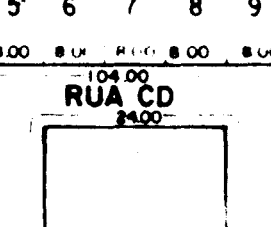
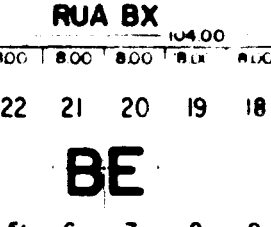
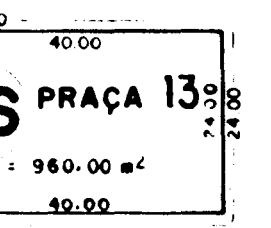
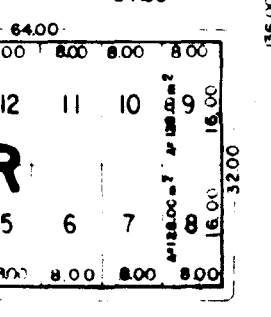
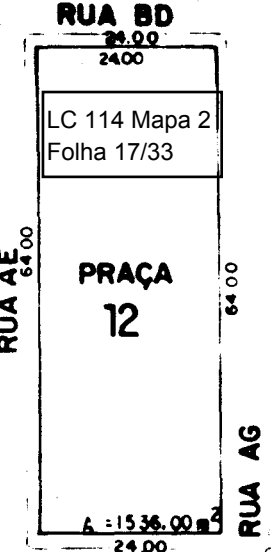
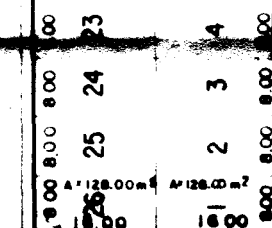
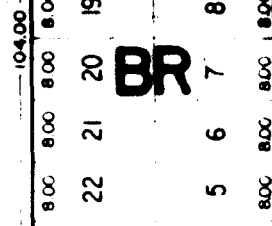
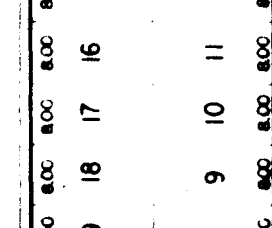
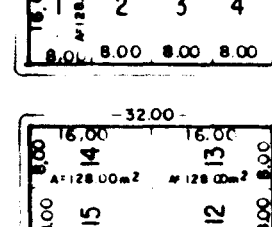
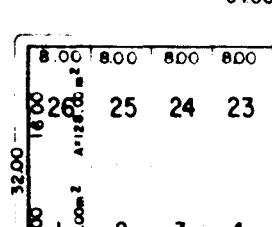
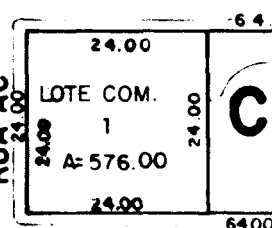
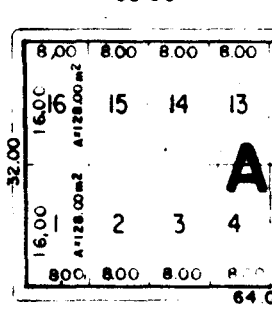
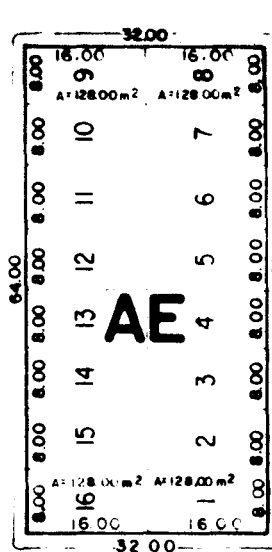
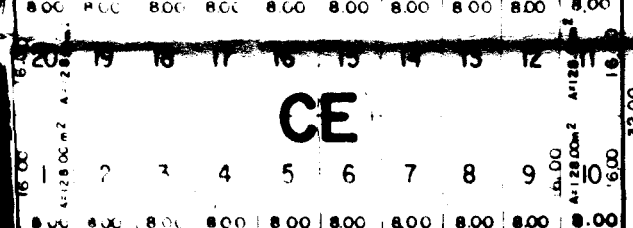
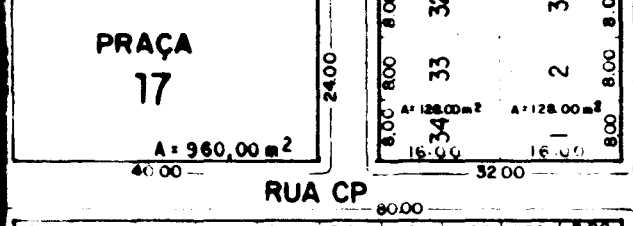
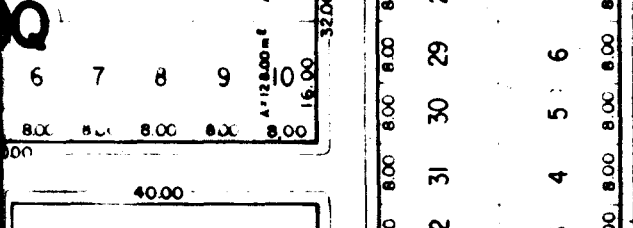
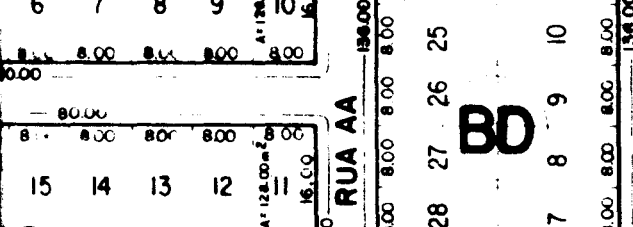
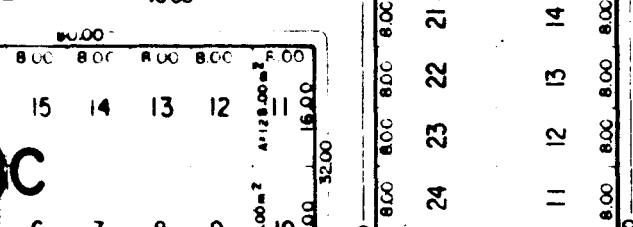
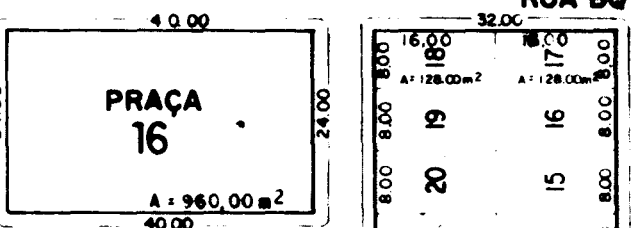
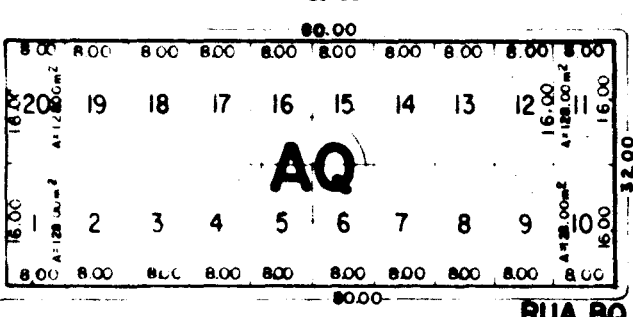
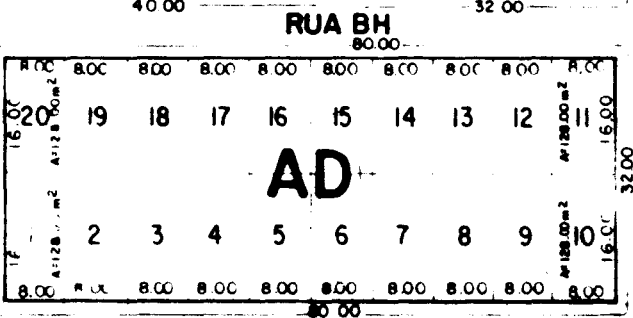
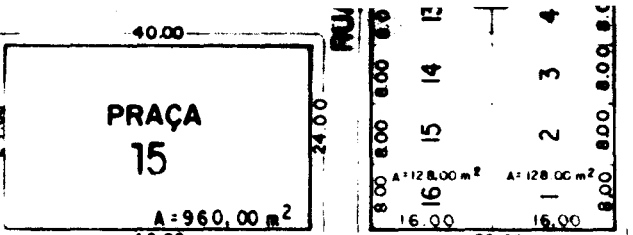
1

1

18







0

$$A = 21\,808,00 \text{ m}^2$$

LOTE 2

$$A = 1.176,00 \text{ m}^2$$

LOTE 3

$$A = 3.360,00 \text{ m}^2$$

RUA BR

**PRAÇA
10**

BG

RUA CE

BT

RUA CJ

PRAÇA
11



PASSAGE

D/ PEDESTRES PD

g LOTE 1

$$A = 561,50 \text{ m}^2$$

LOTE 2

A. 602,50 m²

LOTE 3

$$A = 1.657,45 \text{ m}^2$$

ME 4

$$A = 796 \text{ cm}^2$$

LOTE 5

483 m

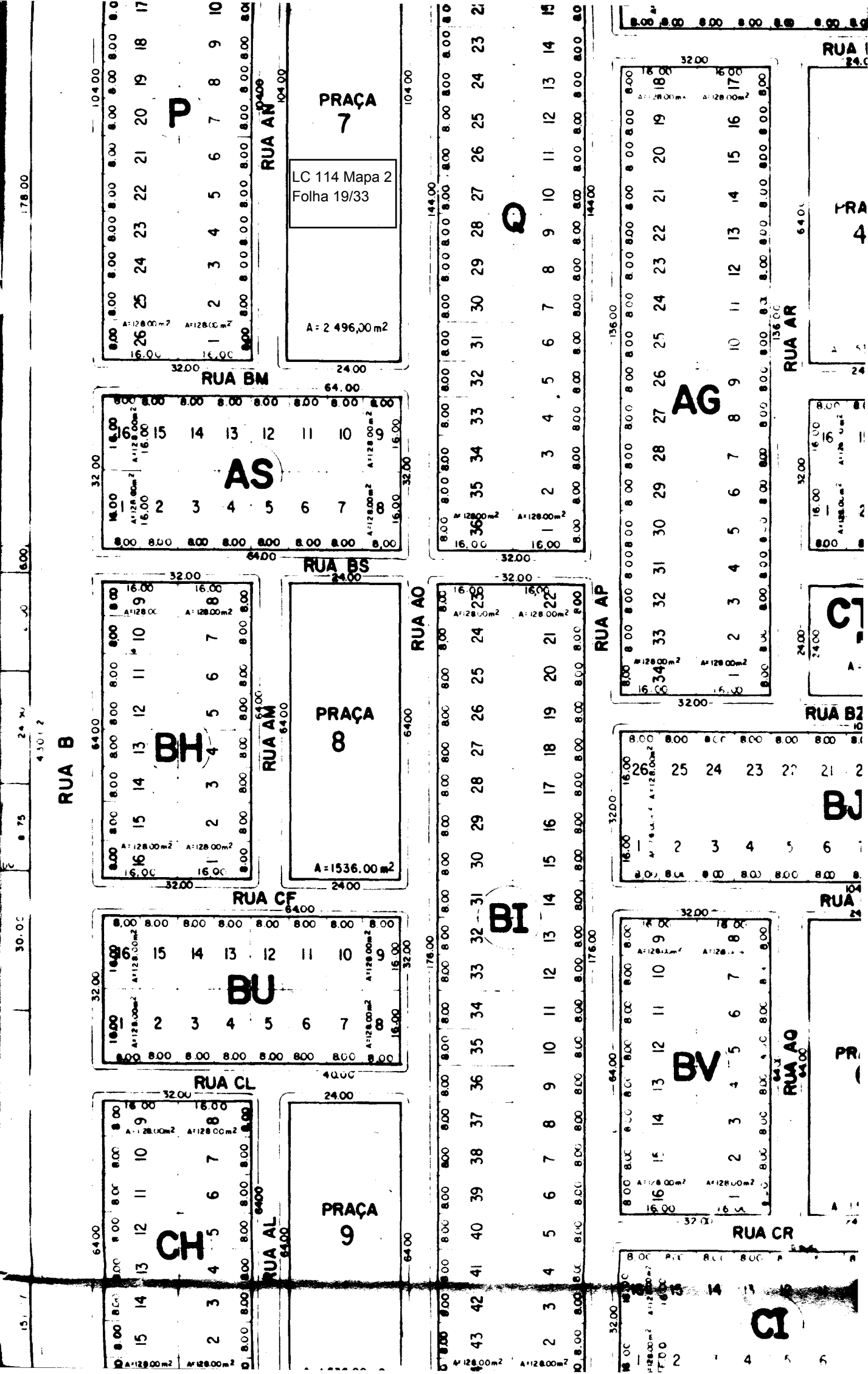
LOVE 6

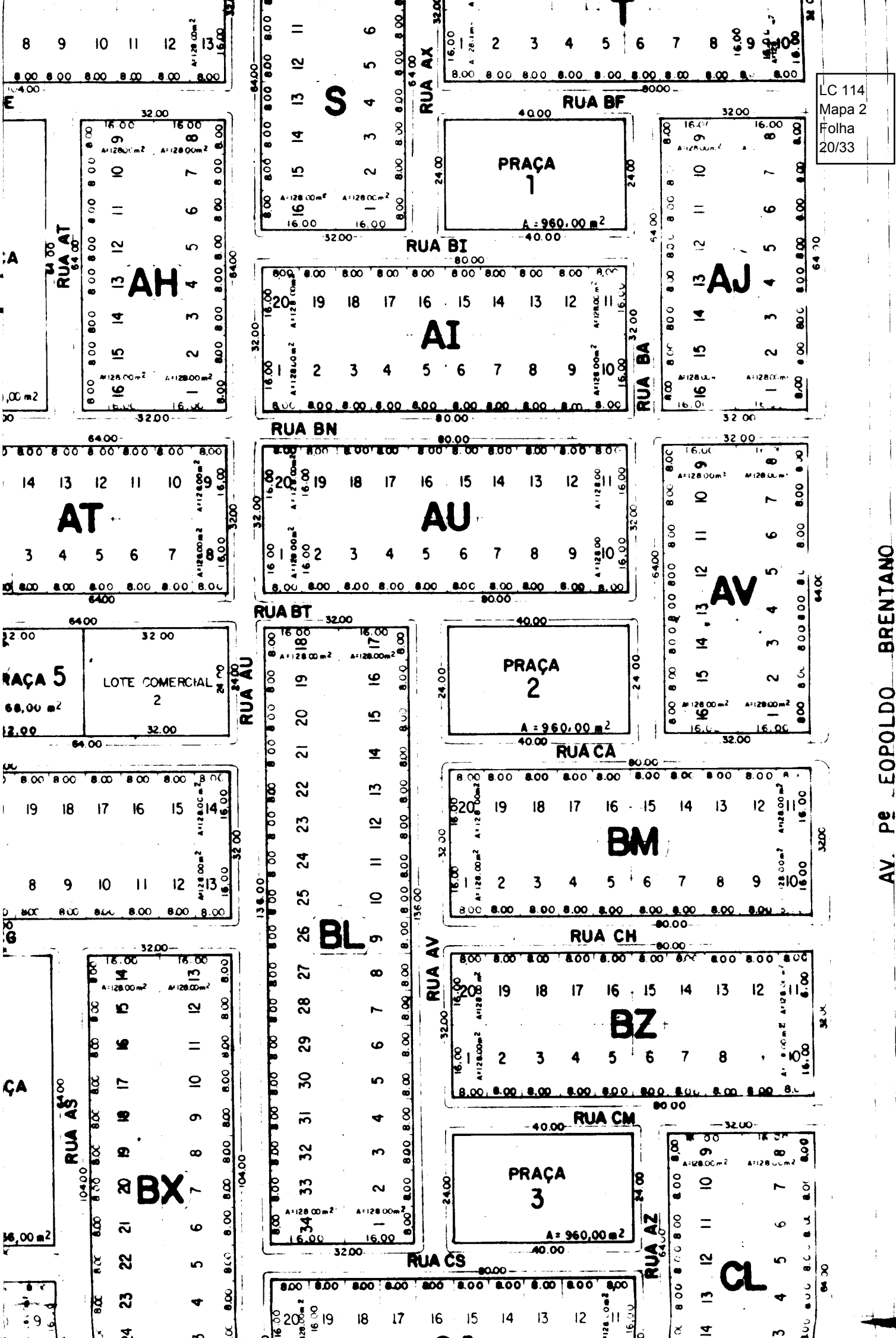
$$A' = 2,160\ 00\ m^2$$

CP

ESCOLA

1





LC 114
Mapa 2
Folha
20/33

AV. PE EOPOLDO BRENTANO

ÁREA DA GLEBA	
ÁREA LÍQUIDA = 512.759,29	
ÁREA DA GLEBA - ÁREA DE RECUO VIÁRIO	
ÁREAS DE DESTINAÇÃO PÚBLICA	ÁREA DE RECUO VIÁRIO
	ÁREA DE PRAÇAS
	ÁREA DE ESCOLAS
	ÁREA DAS VIAS
ÁREA DE LOTES	

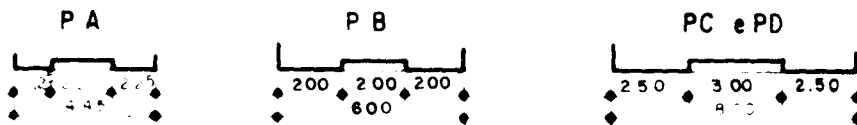
328,00

216,00

8,00

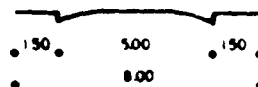
433,02

GABARITO DAS PASSAGENS P/ PEDESTRES ESC 1:250

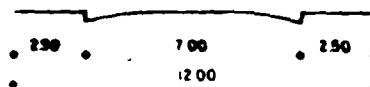


GABARITO DAS VIAS ESC 1:250

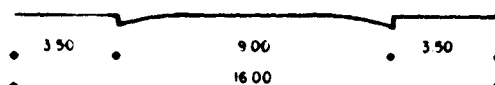
RUAS H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Z, AA, AB, AC, AD, AE, AF, AG, AH, AI, AJ, AL, AM, AN, AO, AP, AQ, AR, AS, AT, AU, AV, AX, AZ, BA, BB, BC, BD, BE, BF, BG, BH, BI, BJ, BL, BM, BN, BO, BP, BQ, BR, BS, BT, BU, BV, BX, BZ, CA, CB, CC, CD, CE, CF, CG, CH, CI, CJ, CL, CM, CN, CO, CP, CQ, CR, CS.



RUAS A, C, D, E, G, (H trecho entre rua Ge Frederico Mentz)



RUAS B, e r



12,00

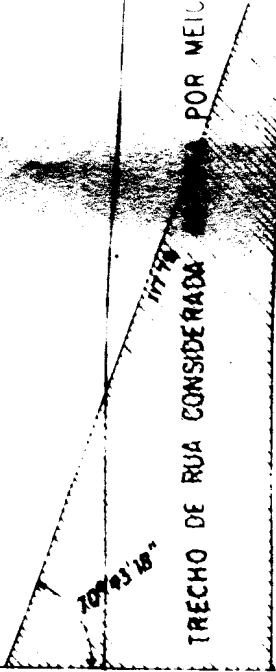
LC 114 Mapa 2 Folha 22/33

HA DE ÁREAS

	513.753,29m ²	100%	
	994,00 m ²	0,19 %	
	32.832,00m ²	6,39 %	33,49%
	15.108,24 m ²	2,94%	SOBRE A ÁREA LÍQUIDA
	123.770,06 m ²	24,09%	
	341.048,99 m ²	66,39 %	

ÁREAS A SEREM DOADAS AO MUNICÍPIO CONFORME Arts 12 e 13
DA PRESENTE LEI COMPLEMENTAR DE REGULARIZAÇÃO

QUADRA	"A"	LOTES	n ^{os}	1 e 5
QUADRA	"C"	LOTE	n ^o	2
QUADRA	"D"	LOTE	n ^o	1
QUADRA	"E"	LOTE	n ^o	77
QUADRA	"CP"	LOTES	n ^{os}	2,4,5 e 6

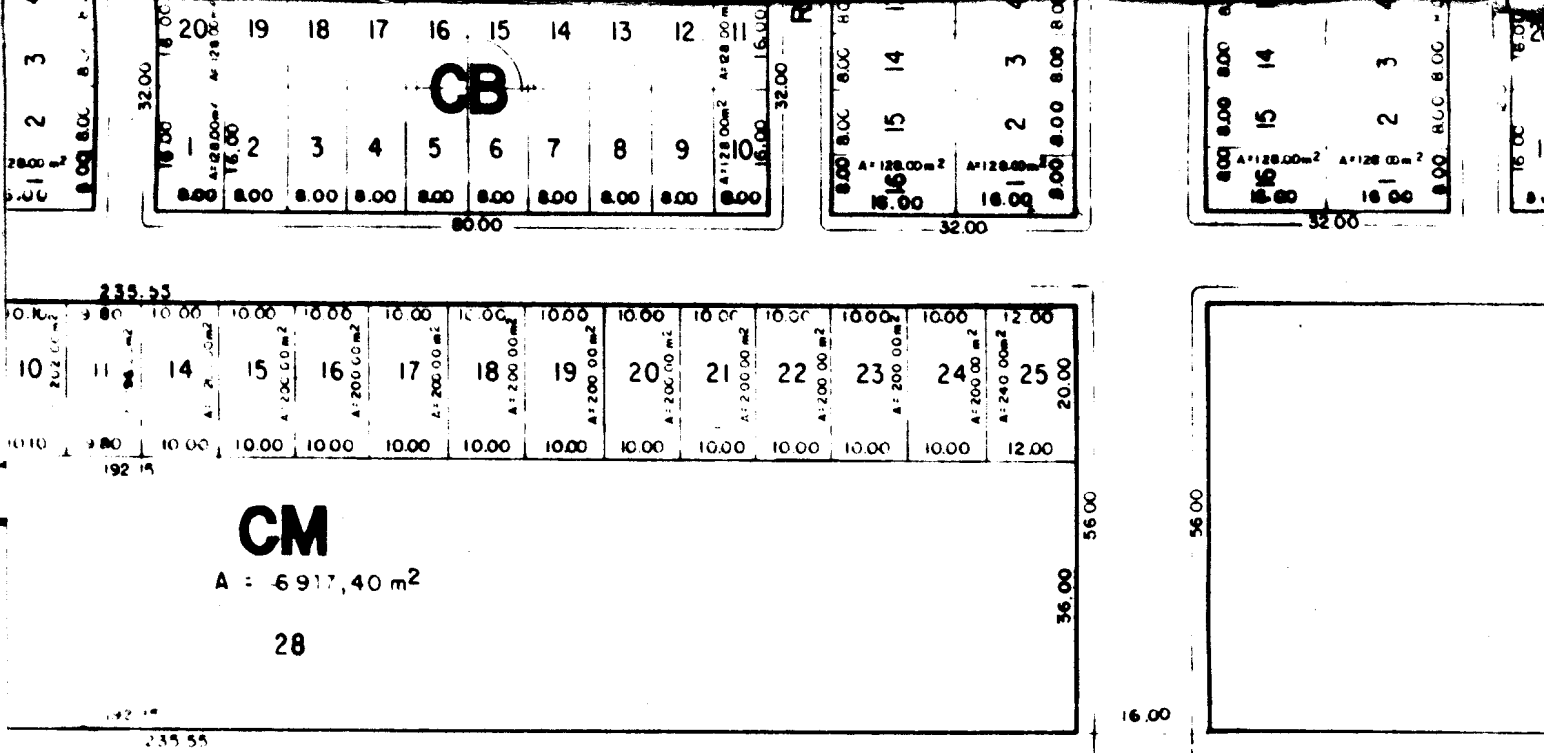


252 52

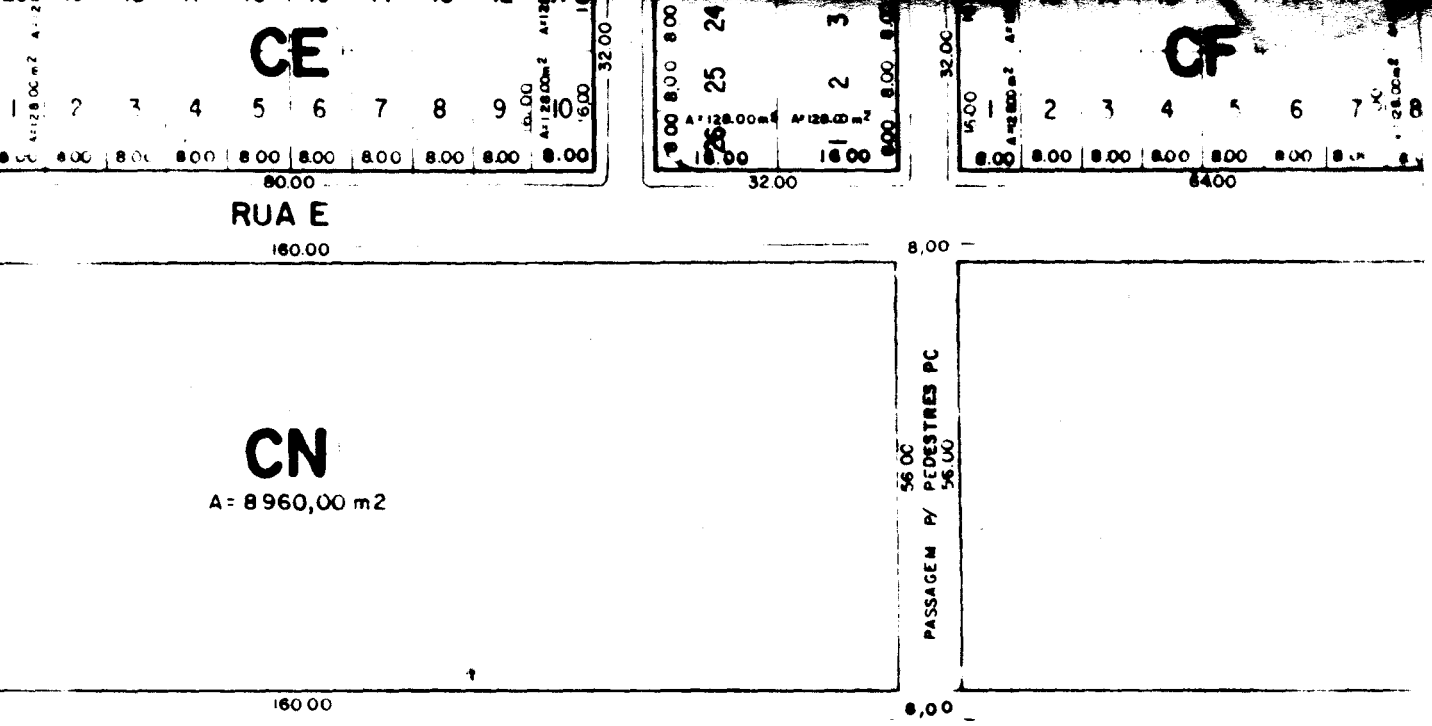
L O T E A M E N T O

P A R Q U E

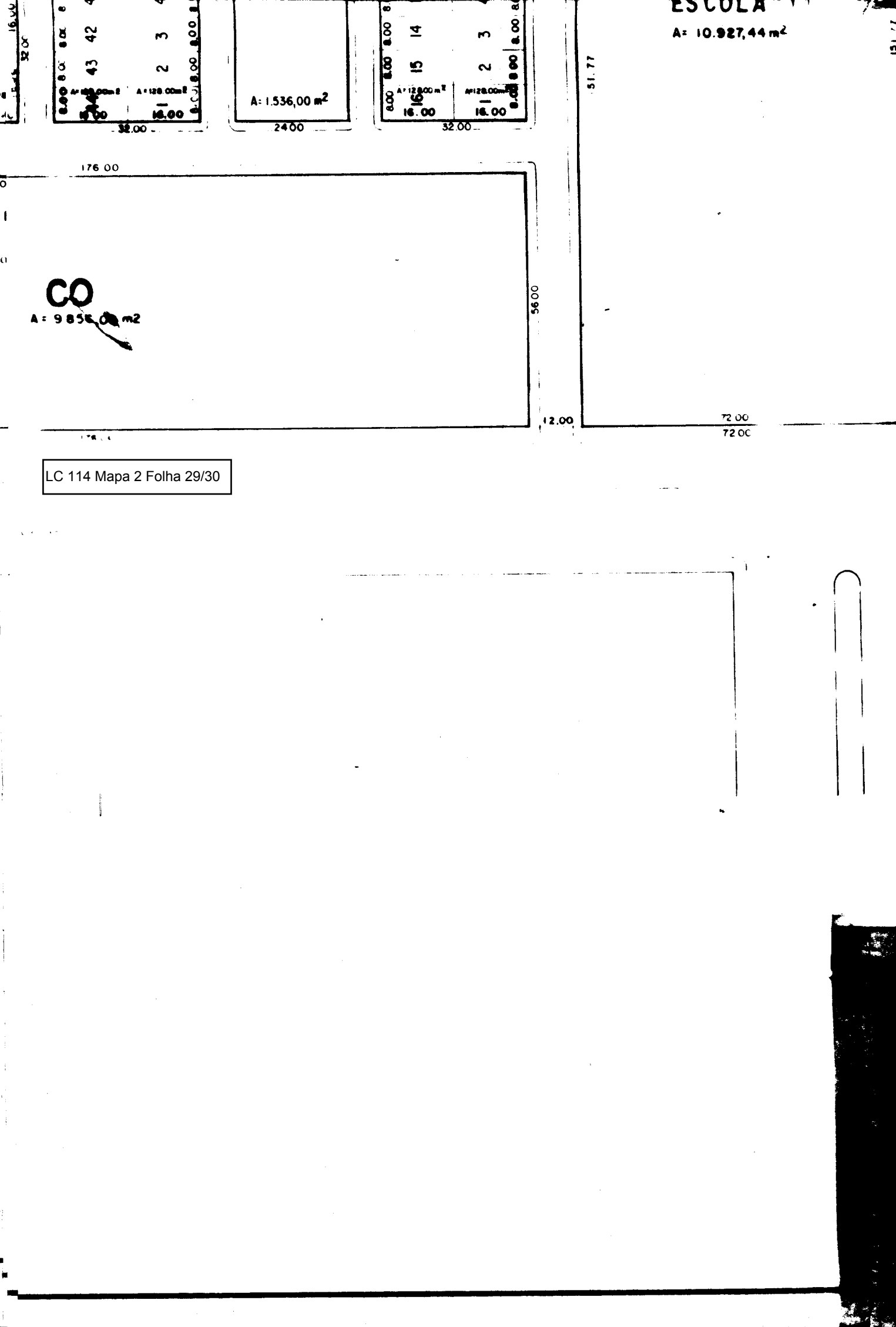
B E N Ó P O L I S



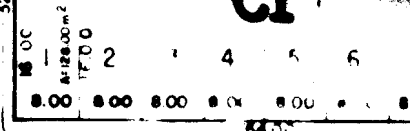
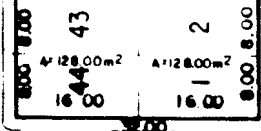
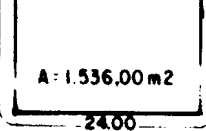
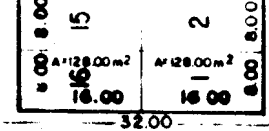
LC 114 Mapa 2 Folha 27/33



LC 114 Mapa 2 Folha 28/33



LC 114 Mapa 2 Folha 29/30



RUA A

LC 114 Mapa 2 Folha 30/33

CQ

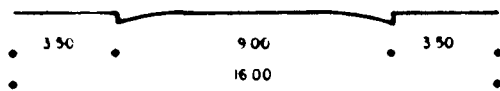
A = 9 856,00 m²

DE PLANO DIRETOR

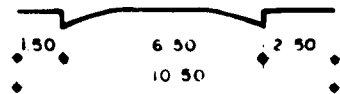
[Handwritten signatures and notes, mostly illegible due to heavy noise and dark background.]

[Handwritten signature: "Antônio André"]

RUA B, e r

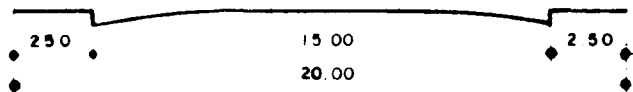


RUA 1 (trecho entre rua G e Frederico Mentz)

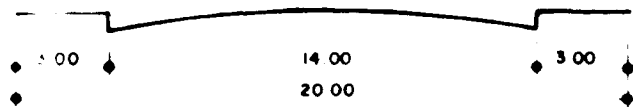


RECUO
A = 994.00 m²

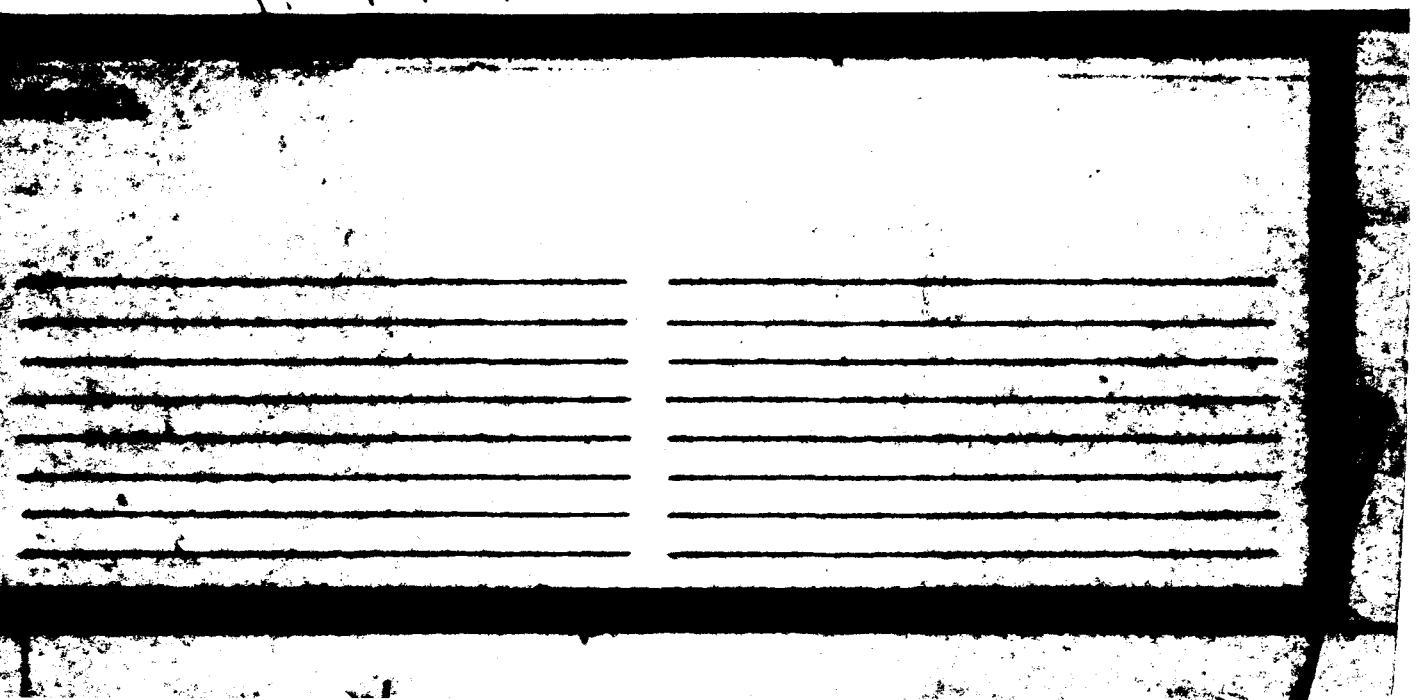
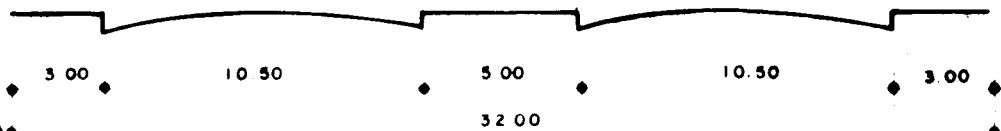
RUA D (semi-trecho entre as ruas CE e BR)



RUA FREDERICO MENTZ



AVDS A. J. RENNER - Pº LEOPOLDO BRENTANO



214/123

PROCESSO Nº 78.151/82



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 8ª REGIÃO
RUA Dr BARROS CASSAL, 68 PORTO ALEGRE-RS FONE 21-7700

PORTO ALEGRE -

NUCLEO HABITACIONAL MAL. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

PLANTA GERAL DE URBANISMO

ESCALA

1:1000

PRANCHA Nº.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

DATA

SET '82

DESENHO

Celso

06
UTR II

AGOSTO/84

CPU